



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639036 - SP (2021/0004274-0)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : FELIPE QUEIROZ GOMES  
**ADVOGADO** : FELIPE QUEIROZ GOMES - SP392520  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EVERALDO BENTO FEITOSA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EVERALDO BENTO FEITOSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2256191-52.2020.8.26.0000).

O paciente cumpre pena em regime fechado, com término previsto para 1º/7/2038, e teve seus pedidos de liberdade condicional e de progressão ao regime semiaberto indeferidos.

O impetrante sustenta que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois o acórdão impugnado manteve a exigência do cumprimento de 3/5 ou de 60% para a progressão de regime, mesmo sem que haja reincidência específica em crime hediondo ou equiparado.

Alega que deve ser observada a regra do art. 112, inciso V, da Lei de Execução Penal, segundo a qual a progressão de regime depende do cumprimento de apenas 2/5 ou 40% da reprimenda, haja vista a ausência de norma específica para o enquadramento do caso concreto, devendo prevalecer a regra mais benéfica ao apenado como consequência lógica do princípio do *favor rei*.

Assevera que o apenado não pode ser considerado reincidente específico, já que sua condenação anterior foi por crime sem o caráter hediondo (tráfico privilegiado).

Requer, liminarmente, a transferência do paciente para o regime menos rigoroso, mediante o cumprimento de 40% da reprimenda a que foi condenado pelo crime hediondo, retificando-se o cálculo de liquidação de penas. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de

instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.  
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente